



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE**  
**Setor de Licitação**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 085/2021**  
**MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 044/2021**

**TERMO DE APRECIÇÃO**

**I. Do Recurso**

Trata-se de recurso interposto por CENTRAL TÉCNICA PEÇAS SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS LTDA - ME, ora recorrente, em relação ao resultado do Processo Licitatório nº 085/2021, Pregão Presencial nº 044/2021, por meio do qual a licitante GTO GRUPO TÉCNICO EM ODONTOLOGIA LTDA – ME foi declarada vencedora do lote único licitado (lote 01), conforme registrado em ata de sessão pública lavrada no dia 26/10/2021.

O inconformismo da recorrente refere-se à decisão que declarou a aprovação da proposta apresentada pela licitante GTO GRUPO TÉCNICO EM ODONTOLOGIA LTDA – ME e, por conseguinte, a declaração da sua concorrente como vencedora do certame.

Extraem-se das razões recursais os seguintes fundamentos:

*“A Licitação pública tem como finalidade atender um INTERESSE PÚBLICO, de forma que seus critérios devem ser observados por todos os participantes em estado de IGUALDADE, para que seja possível a obtenção da PROPOSTA MAIS VANTAJOSA.*

*Pois bem, no caso em comento, ao declarar a empresa vencedora o ilustre pregoeiro não observou que a proposta não é a mais vantajosa para o município ao contrário.*

*O objetivo do presente processo licitatório é a Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção técnica preventiva e corretiva em equipamentos odontológicos.*

*Assim o lances foram ofertados de forma independente na manutenção corretiva e na manutenção preventiva.*

*A empresa vencedora ofertou o valor de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) por cada visita para manutenção preventiva e R\$ 130,00 (cento e trinta reais) para cada visita corretiva.*

*Já a empresa recorrente ofertou o valor de R\$ 117,38 (cento e dezessete reais e trinta e oito centavos) para cada visita para manutenção preventiva e R\$ 136,94 (cento e trinta e seis reais e noventa e quatro centavos) para cada visita corretiva.*

*O edital no item 10.4 dispõe que o critério de julgamento do objeto licitado será feito por MENOR PREÇO POR LOTE.*

*No item 18 do edital apresenta como valor de referencia 108 visitas anuais para manutenção preventiva e 1.294 visitas anuais para manutenção corretiva.*



## PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

### Setor de Licitação

(...)

*Entretanto mesmo apresentando ser a proposta mais vantajosa para administração pública, por em tese ter o menor valor agregado, mas na pratica não é isso que ocorre, explico:*

*As manutenções preventivas na quantidade de 108 (cento e oito ) visitas por ano é certo de acontecer todas ou até mais, dependendo a atual situação do acervo.*

*Contudo as manutenções corretivas são sob demanda, ou seja, podem ou não podem acontecer a quantidade estimada, assim é impossível garantir qual o valor ou a quantidade de visitas pré determinadas.*

*Observem bem, o valor da visita preventiva da recorrente é R\$ 117,36 (cento e dezessete reais e trinta e seis centavos) por visita, o que nos remete ao valor total anual de R\$ 12.677,04 (doze mil seiscentos e setenta e sete reais e quatro centavos).*

*Já o da empresa vencedora é de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais ) por visita, o que nos remete ao valor total anual de R\$ 16.200,00 (dezesesseis mil e duzentos reais).*

*Ou seja, o valor da proposta da vencedora ultrapassa a da segunda colocada em R\$ 3.522,96 (três mil quinhentos e vinte e dois reais e noventa e seis centavos).*

*Já as manutenções corretivas (sob demanda) ficaram na seguinte proporção R\$ 136,94 (cento e trinta e seis reais e noventa e quatro centavos) para a recorrente, totalizando R\$ 177.474,24 (cento e setenta e sete mil quatrocentos e setenta e quatro reais e vinte e quatro centavos) isso se e somente se forem realizadas as 1.296 ( mil duzentas e noventa e seis) chamadas por ano, já a da empresa vencedora o valor foi de R\$ 130,70 (cento e trinta reais e setenta centavos) por visita totalizando R\$ 169.387,20 (cento e sessenta e nove mil trezentos e oitenta e sete reais e vinte centavos) isso se e somente se forem realizadas as 1.296 ( mil duzentas e noventa e seis) chamadas por ano.*

*Dessa forma se as manutenções corretivas que são por demanda e o valor apresentado é uma referência, não atingirem 95,44% (noventa e cinco e quarenta e quatro) por cento, o valor pago pela contratação do serviço para a empresa declarada vencedora, será maior do que o da segunda colocada.*

*Fato é que a proposta declarada vencedora dá uma falsa impressão de ser a melhor para o ente público, contudo para que ela seja realmente vantajosa para o município o valor de referencia da manutenção corretiva deve atingir 95,44% (noventa e cinco e quarenta e quatro) por cento, caso contrário se as chamadas corretivas ficarem abaixo desse percentual a prefeitura de Conselheiro Lafaiete estará pagando mais caro pelo serviço, violando assim a finalidade principal da licitação pública, que é atender um INTERESSE PÚBLICO, para que seja possível a obtenção da PROPOSTA MAIS VANTAJOSA.*





## PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

### Setor de Licitação

*Como dito alhures, o valor de referencia na manutenção corretiva (sob demanda) dá uma falsa impressão que a proposta vencedora é a mais vantajosa, contudo após uma minuciosa análise, vemos, que na verdade trata-se de uma clara indução ao erro.*

*Dessa forma tendo em vista que a empresa declarada vencedora não apresentou a proposta mais vantajosa, pugna a recorrente para que o presente recurso seja conhecido e seu mérito seja provido, para ao final desclassificar a proposta vencedora e declara a proposta que ficou em segundo lugar como a vencedora do certame."*

Diante disso, requereu o provimento do recurso, a fim de que seja reformada a decisão recorrida e declarada a desclassificação da proposta apresentada pela GTO GRUPO TÉCNICO EM ODONTOLOGIA LTDA – ME, com a consequente aceitação da proposta da Recorrente, classificada em 2º lugar.

Em síntese, é o relatório.

#### II. Da admissibilidade

Antes de adentrar na análise do mérito do recurso, deve-se proceder ao exame da admissibilidade do apelo, de modo que, acaso não atendidos aos pressupostos recursais (juízo negativo de admissibilidade), restará prejudicado o conhecimento do recurso.

Neste sentido, leciona Marçal Justen Filho, na obra Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 12º Ed, São Paulo: Dialética, 2008:

*"O cabimento do recurso administrativo sujeita-se à presença de determinados pressupostos. Sem esses pressupostos, nem se chega a apreciar o mérito da questão.*

*A existência de pressupostos recursais retrata a vedação legal ao exercício meramente arbitrário da faculdade de impugnar atos administrativos. Trata-se de evitar desperdício de tempo e de energia na apreciação da insatisfação do particular. Os pressupostos recursais são requisitos que todo recurso deve apresentar sob pena de não ser conhecido – vale dizer, não ser efetividade a revisão do ato administrativo impugnado".*

Ainda de acordo com o escólio do doutrinador, os pressupostos recursais classificam-se em subjetivos (legitimidade e interesse recursal) e objetivos (existência de ato administrativo de cunho decisório, a tempestividade, a **forma**, a fundamentação e o pedido de nova decisão).

Examinando a minuta recursal, verifica-se a ausência de pressupostos recursais, implicando na inadmissibilidade do apelo:

Prescreve o instrumento convocatório acerca das formas e condições de interposição de recursos:

#### "12. RECURSOS



## PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

### Setor de Licitação

12.1. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá declarar imediata e motivadamente o interesse em recorrer, cuja síntese será lavrada em ata, sendo concedido o prazo de 03 (três) úteis dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para apresentar contrarrazões pelo prazo comum de igual número de dias, que começará a correr do término do prazo do recorrente para juntada de suas razões, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos na sala da Comissão Permanente de Licitação, conforme artigo 4º, inciso XVIII, da Lei 10.520/2002 e art. 11, inciso XVII, do Decreto Municipal nº 261/2007.

12.2. Os recursos deverão ser decididos no prazo de 05 (cinco) dias úteis, com aplicação subsidiária ao artigo 109, inciso I, da Lei 8666/1993.

12.3. Interposto o recurso terá efeito suspensivo, caso haja o acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.4. Será admitida a **interposição** mediante protocolo presencial ou via postal, sendo que os recursos cabíveis deverão obedecer aos seguintes requisitos, sob pena de não serem conhecidos:

12.4.1 Ser apresentado em uma via original, datilografada ou processada por computador, contendo razão social, CNPJ, endereço e, preferencialmente, endereço eletrônico, rubricado em todas as folhas e assinado pelo representante legal ou credenciado do licitante, devidamente comprovado.

12.4.2 **No caso de protocolo presencial:** ser entregue no Setor de Licitação da Prefeitura Municipal de Conselheiro Lafaiete, sito à Av. Pref. Mário Rodrigues Pereira, nº 10, Centro, Conselheiro Lafaiete/MG, CEP 36.400-026, no horário de 12h às 16h, onde será efetuado o protocolo de recebimento.

12.4.3 **No caso de protocolo via postal:** ser encaminhado ao Setor de Licitação da Prefeitura Municipal de Conselheiro Lafaiete, sito à Av. Pref. Mário Rodrigues Pereira, nº 10, Centro, Conselheiro Lafaiete/MG, CEP 36.400-026, aos cuidados do Pregoeiro Oficial, em envelope lacrado contendo, em sua parte externa, a identificação completa do remetente, e, no seu interior, o documento nos moldes descritos no item 12.4.1.

12.5. Interposto recurso, dele será dada ciência aos demais licitantes, através de e-mail, que poderão impugná-lo no prazo previsto no item 12.1, observadas as formas de interposição contidas no item 12.4.

12.6. O resultado do recurso será divulgado através de comunicado a todos os licitantes via **correio eletrônico** e pelo **site oficial** do município, e, caso a legislação assim determine em determinados casos, também através da publicação na Imprensa Oficial e em jornais de grande circulação.

**12.7. A Prefeitura Municipal de Conselheiro Lafaiete não admitirá a interposição de recursos por meios não previstos neste Edital, tampouco se responsabilizará, no caso de protocolo via postal, por**





## PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

### Setor de Licitação

*recursos endereçados e/ou entregues em locais diversos do Setor de Licitação, deixando de conhecer aqueles que não sejam recebidos no prazo legal.*

(...)” (grifo nosso)

O recurso em apreço foi protocolizado na data de 29/10/2021, 12:05h, via e-mail, ou seja, meio de interposição não admitido no instrumento convocatório.

Em análise, observa-se que a recorrente não apresentou justificativa/comprovação de impossibilidade de cumprimento das normas editalícias referentes à interposição de recurso, capaz de embasar a admissão excepcional do petítório.

A Lei nº 8.666/93 consagra em seu art. 41 o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, de acordo com o qual a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

Cediço que o princípio da vinculação ao instrumento convocatório é corolário do princípio da legalidade e da objetividade das determinações habilitatórias, sendo a sua observância exaltada de forma iterativa nos julgados das cortes de contas pátrias, especialmente o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, donde se extrai o seguinte aresto:

DENÚNCIA. PREGÃO PRESENCIAL. REGISTRO DE PREÇOS. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE GRUPOS CULTURAIS E ESPORTIVOS. IMPROCEDÊNCIA DA DENÚNCIA. EXTINÇÃO DO PROCESSO. ARQUIVAMENTO. O administrador deve observar os princípios da legalidade, igualdade e vinculação ao instrumento convocatório, previstos no art. 3º da Lei n. 8.666/1993. (DENÚNCIA n. 1058478. Rel. CONS. SEBASTIÃO HELVECIO. Sessão do dia 11/06/2019. Disponibilizada no DOC do dia 11/07/2019) (destacamos)

Sem divergir de tal posicionamento, assim já se pronunciou o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais:

LICITAÇÃO - EDITAL - VINCULAÇÃO. O edital, como instrumento convocatório, não pode ser descumprido, pois às suas normas e condições, encontra-se estritamente vinculada a Administração e bem assim os interessados em participar da licitação. Pelos princípios que regulam a licitação, ainda que pareça excessiva e rigorosa a exigência do edital, desprezá-la em prol de um ou alguns dos concorrentes em detrimento dos demais que a cumpriram, atenta, ao mesmo tempo, contra dois de seus pilares básicos: o da igualdade entre os concorrentes, que determina seja dispensado tratamento isonômico aos concorrentes e o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, lei específica de regência. (TJMG - Apelação Cível 1.0000.00.297850-0/000, Relator(a): Des.(a) Geraldo Augusto, 1ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 11/03/2003, publicação da súmula em 21/03/2003) (destacamos)

Destarte, ausentes os pressupostos de admissibilidade, não deve ser conhecido o recurso.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

### Setor de Licitação

#### III. Considerações complementares pertinentes

Não obstante os vícios que comprometem o conhecimento do recurso e, por conseguinte, a apreciação exaustiva do mérito, oportuno consignar que o art. 109, §4º, da Lei nº 8.666/93 preconiza que em caso de não reconsideração da decisão, os recursos deverão subir à autoridade superior, devidamente informados.

Vale pontuar que, de acordo com a disciplina estabelecida no art. 9º da Lei nº 10.520/2002, aplicam-se subsidiariamente, para a modalidade pregão, as normas da Lei nº 8.666/93, tratando-se, pois, de regra comum aos procedimentos licitatórios.

Destarte, diante da argumentação deduzida em sede recursal, mister registrar as seguintes informações:

##### III.1. Do tipo e do critério de julgamento da licitação: Menor Preço por Lote

Analisando detidamente as razões recursais, observa-se que o cerne do recurso administrativo consiste na verificação da regularidade do julgamento das propostas, levando-se em consideração, notadamente, o tipo da licitação e bem assim o critério de julgamento estabelecidos no Edital.

De acordo com a exegese da Lei nº 10.520/02, “para julgamento e classificação das propostas, será adotado o critério de menor preço, observados os prazos máximos para fornecimento, as especificações técnicas e parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos no edital” (art. 4º, inciso X, destacamos).

Por sua vez, dispõe a Lei nº 8.666/93, *in verbis*:

“Art. 44. No julgamento das propostas, a Comissão levará em consideração os critérios objetivos definidos no edital ou convite, os quais não devem contrariar as normas e princípios estabelecidos por esta Lei.” (destacamos)

“Art. 45. O julgamento das propostas será objetivo, devendo a Comissão de licitação ou o responsável pelo convite realizá-lo em conformidade com os tipos de licitação, os critérios previamente estabelecidos no ato convocatório e de acordo com os fatores exclusivamente nele referidos, de maneira a possibilitar sua aferição pelos licitantes e pelos órgãos de controle.

§ 1º Para os efeitos deste artigo, constituem tipos de licitação, exceto na modalidade concurso:

I - a de menor preço - quando o critério de seleção da proposta mais vantajosa para a Administração determinar que será vencedor o licitante que apresentar a proposta de acordo com as especificações do edital ou convite e ofertar o menor preço;

II - a de melhor técnica;

III - a de técnica e preço.





## PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

### Setor de Licitação

*IV - a de maior lance ou oferta - nos casos de alienação de bens ou concessão de direito real de uso.*

*§ 2º No caso de empate entre duas ou mais propostas, e após obedecido o disposto no § 2º do art. 3º desta Lei, a classificação se fará, obrigatoriamente, por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.*

*§ 3º No caso da licitação do tipo "menor preço", entre os licitantes considerados qualificados a classificação se dará pela ordem crescente dos preços propostos, prevalecendo, no caso de empate, exclusivamente o critério previsto no parágrafo anterior.*  
(...)

*§ 5º É vedada a utilização de outros tipos de licitação não previstos neste artigo." (destacamos)*

Pois bem. O instrumento convocatório é inequívoco ao preconizar que a presente licitação – Processo Licitatório nº 085/2021, Pregão Presencial nº 044/2021 – é do tipo **MENOR PREÇO**, estipulando-se, como critério de julgamento das propostas, o **VALOR TOTAL DO LOTE** licitado.

É o que se extrai, dentre outras menções realizadas ao longo do documento, do disposto nos itens 1.1, 10.4.1 e 13.1 do Edital.

Portanto, independentemente de ilações e conjecturas de ordem subjetiva, não agasalhadas na legislação, o critério de seleção da proposta mais vantajosa para a Administração no caso concreto dependerá, inexoravelmente, da análise da proposta de menor preço referente ao valor total do Lote, de acordo com as especificações do Edital.

A regra para a formulação da propostas foi aquela prevista no item 8.3, alínea 'e', seguindo-se a estimativa de visitas discriminada no item 8.3, alínea 'g', ambos do Edital.

Durante a sessão pública de abertura do certame, observa-se que após o término da fase de lances/negociação, os preços finais das propostas das licitantes GTO GRUPO TÉCNICO EM ODONTOLOGIA LTDA – ME e CENTRAL TÉCNICA PEÇAS SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS LTDA – ME foram, respectivamente, R\$ 194.997,60 (cento e noventa e quatro mil, novecentos e noventa e sete reais e sessenta centavos) e R\$ 200.010,96 (duzentos mil e dez reais e noventa e seis centavos).

Diante disso, levando-se em consideração os critérios objetivos previamente estabelecidos no ato convocatório e de acordo com os fatores exclusivamente nele referidos (art. 45, da Lei nº 8.666/93), inquestionável a classificação em primeiro lugar da proposta de menor preço, assim considerado o valor total ofertado em relação ao lote.

Ante o exposto, à mingua de fundamento apto a ensejar a reforma da decisão, devem ser mantidos a classificação da licitante recorrida, e bem assim o resultado do certame.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE**  
**Setor de Licitação**

**IV. Conclusão**

Diante de todo o exposto, o Pregoeiro resolve:

- a) Verificada a ausência dos pressupostos de admissibilidade, não **conhecer** do recurso interposto por CENTRAL TÉCNICA PEÇAS SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS LTDA - ME, mantendo-se a decisão recorrida, inclusive em virtude das considerações complementares acima apresentadas;
- b) Em obediência ao disposto no art. 109, §4º, da Lei nº 8.666/93, encaminhar os autos à autoridade superior para sua análise, consideração e decisão do Recurso Administrativo em pauta.

Conselheiro Lafaiete/MG, 05 de novembro de 2021.

  
**Alisson Dias Laureano**  
**Pregoeiro**